



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude - CAO-IJ**

Ofício Circular nº 011/2023 - CAO-IJ

Recife, 05 de setembro de 2023.

Excelentíssimos(as) Srs.(as) Promotores (as) de Justiça,

Cumprimentando V. Exas. cordialmente, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude, encaminha, para conhecimento, o teor do OFÍCIO Nº 498/2023/CONANDA/GAB.SNDCA/SNDCA/MDHC, datado de 30/08/2023, que segue como anexo, expedido pela Secretaria-Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual lista os municípios pernambucanos que apresentam inconsistências no cadastro do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como indica a correspondente inconsistência, conforme tabela a seguir:

UF	Município/Estado	Inconsistência
PE	Agrestina	Favorecido Incompatível
PE	Águas Belas	Favorecido Incompatível
PE	Araçoiaba	Domicílio Bancário Inexistente
PE	Betânia	Domicílio Bancário Inválido
PE	Bom Jardim	Favorecido Incompatível
PE	Brejo da Madre de Deus	Favorecido Incompatível
PE	Chã Grande	Domicílio Bancário Inexistente
PE	Ibirajuba	Fundo não recebeu doações
PE	João Alfredo	Fundo não recebeu doações
PE	Moreno	Domicílio Bancário Inválido
PE	Panelas	Domicílio Bancário Inválido
PE	Poção	Domicílio Bancário Inválido
PE	Solidão	Favorecido Incompatível
PE	Trindade	Favorecido Incompatível
PE	Vertente do Lério	Fundo não recebeu doações

Nesta oportunidade, reiteramos as orientações e material já encaminhados com a Ciranda de Notícias n. 31/2023, de 08/08/2023, frisando que a Receita Federal observou que, de acordo com a Portaria nº 2006, de 13 de Julho de 2021, do Ministério dos Direitos

Humanos e da Cidadania, **tais Fundos têm até 15/10/2023 para se regularizarem** totalmente e, assim, se tornarem aptos para receberem destinações nas Declarações do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas no exercício de 2024 e, também, de outras fontes. Ainda, como informado no expediente anterior, **a Receita Federal informou disponibilizar oficinas para orientação e assistência, a fim de que tais Fundos sejam regularizados.** Para tanto, basta que o(a) Presidente(a) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente entre em contato através do e-mail [cidadaniafiscal.pe.srrf04@rfb.gov.br](mailto:cidadaniafiscal.pe.srrf04@rfb.gov.br) e solicite uma reunião prévia (on-line), para diagnóstico da atual situação do Fundo e as providências iniciais necessárias para sua regularização. O(A) Presidente de Conselho que pretender tal auxílio deverá se identificar na mensagem de e-mail e fornecer um celular com acesso ao whatsapp, para futuros contatos.

Desse modo, este Centro de Apoio Operacional novamente sugere aos Promotores e Promotoras de Justiça:

a) seja dada formal ciência (através de reunião ou ofício com comprovação de recebimento) à Presidência do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente quanto às inconsistências observadas pela Receita Federal no FIA e o prazo para sua regularização em relação a possíveis destinações nas Declarações do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas no exercício de 2024 e de outras fontes, alertando ainda sobre a possibilidade de apoio técnico para a regularização do fundo, através do email [cidadaniafiscal.pe.srrf04@rfb.gov.br](mailto:cidadaniafiscal.pe.srrf04@rfb.gov.br);

b) fiscalize, no âmbito do procedimento extrajudicial que entender adequado, a adoção das providências necessárias para a regularização do FIA.

Este Centro de Apoio permanece à disposição para esclarecimentos e demandas que se fizerem necessárias.

Sendo o que se apresenta, renova votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Aline Arroxelas Galvao De Lima**

Promotora de Justiça  
Coordenadora do CAO-IJ - MPPE